

Gertifico, para os devidos fins, que esta LEI COMPLEMENTAR foi publicada no D O E

Gerência Executiva de Registro de Atos Legislação da Casa Civil do Governador

## N° 2.13 DE 19 DE AGOSTO DE 2025.

LEI COMPLEMENTAR Nº 843 DE 49 DE AUTORIA: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono:

Art. 1º Fica acrescido o art. 136-B à Lei Complementar Estadual nº 96, de 3 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136-B. O magistrado que atuar em regime de plantão judiciário, nos termos da regulamentação do Tribunal de Justiça da Paraíba, fará jus à folga, em número proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo único. A folga de plantão poderá, a critério do Tribunal de Justiça da Paraíba, ser convertida em pecúnia, observada a disponibilidade orçamentária e os critérios a serem definidos em ato normativo próprio".

**Art. 2º** Fica revogado o inciso V do art. 136-A da Lei Complementar Estadual nº 96, de 3 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, general de agosto de 2025; 137º da Proclamação da República.

JOÃO AZIVÊDO LINS FILHO

Governador